

ATAQUE AOS DIREITOS

Governo Bolsonaro apresenta Reforma da Previdência que retira mais direitos dos trabalhadores

Movimentos sociais e sindicais decidem endurecer a luta contra a reforma

Quarta-feira passada (20), o presidente Jair Bolsonaro protocolou no Congresso Nacional a nova proposta de Reforma da Previdência.

Como era de se esperar, o projeto prejudicará muito a vida dos pobres. Num acordo sem precedentes com o empresariado brasileiro, as medidas de retirada de direitos só beneficiam os patrões e o setor financeiro do país.

A situação é tão grave que as centrais sindicais na data do protocolo do projeto fizeram um ato nacional contra os ataques impostos pela proposta e a palavra de ordem é unificar a luta e intensificar as mobilizações com urgência.

Para ter uma ideia dos prejuízos impostos, a reforma ataca, especialmente, as mulheres, idosos e servidores públicos.

Retirada de direitos

Os servidores públicos terão idade mínima de aposentadoria igualada à dos trabalhadores do setor privado ao fim da transição. E o tempo de contribuição no serviço público será de, no mínimo, 25 anos, com 10 anos no funcionalismo e cinco anos no cargo para se aposentar com 60% do salário. Para receber o salário integral o tempo será de 40 anos de contribuição. E os servidores públicos que ganham salários acima de R\$ 5.839,45 terão de contribuir mais para se aposentar do que os trabalhadores da iniciativa privada.

Algumas entidades representativas de servidores públicos, especialmente ligadas ao Judiciário, estão questionando as medidas que prevêm a instituição de regime obrigatório de capitalização individual, o aumento da contribuição previdenciária a partir de um modelo de progressividade que é impróprio para contribuições sociais, a redução dos valores dos benefícios de aposentação, entre outros ataques.



Guilherme Gandolfi/Frente Brasil Popular

Movimentos sociais e sindicais fizeram ato na praça da Sé em São Paulo contra a reforma

Roubar dos pobres para dar aos ricos

Pela nova reforma cada trabalhador terá que financiar sua própria aposentadoria por depósitos em uma conta individual. A proposta além de ferir o princípio primordial da Seguridade Social, abre brecha para que os banqueiros lucrem com esse incentivo dado pelo governo à previdência privada.

Outro ponto criticado é o aumento do tempo de contribuição, que prejudicará especialmente as mulheres, que tradicionalmente são as que se aposentam por idade porque não conseguem atingir o tempo de contribuição mínimo, que hoje é de 15 anos, imagine agora com a exigência de

20 anos. Levando em consideração que muitas são chefes de família e têm dupla ou tripla jornadas, elas terão que se aposentar com a idade muito avançada.

Frente em Defesa da Aposentadoria

Na data da entrega da proposta em Brasília, representantes da Fasubra, líderes sindicais, de movimentos sociais e parlamentares discutiram pontos do texto da reforma durante reunião da frente, realizada na Câmara dos Deputados. Em março, será realizado o relançamento oficial da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social, sendo mais um espaço de organização e luta por nossos direitos.

STU divulga lista geral dos trabalhadores afetados pelos IAC

Depois de muita cobrança, reitoria envia ao STU a lista do Índice de Achatamento criado como tentativa de correção do achatamento salarial dos trabalhadores.

A lista aponta os contemplados e os excluídos do processo de concorrência à uma referência (5%), assim como a justificativa para tal exclusão.

O STU publica em seu site (www.stu.org) e solicita aos servidores excluídos que averiguem se o motivo se justifica e que entrem em contato com o STU caso avaliem que não procede a justificativa.

ORÇAMENTO

Arrecadação cresce, mas reitores priorizam custeio

Este ano atingimos a maior arrecadação de ICMS do mês de janeiro se comparado aos últimos cinco anos.

A planilha do Cruesp demonstra que em janeiro/19 o comprometimento com a folha de pagamento na Unicamp foi de 85,27% e a média das três Universidades ficou em 85,74%.

É hora de uma discussão séria com os reitores sobre as perdas salariais que temos acumulado. Se considerarmos as perdas salariais desde 2015, ela já bate na casa dos 15%, segundo cálculos do Fórum das Seis.

Confira na planilha abaixo a evolução do comprometimento das Universidades.

ANO	UNICAMP	Média USP/Unesp/Unicamp
Janeiro 2019	85,27%	85,74%
Janeiro 2018	97,75%	97,41%
Janeiro 2017	98,66%	99,36%
Janeiro 2016	98,90%	101,75%
Janeiro 2015	92,92	97,78%

Obs.: Comprometimento com folha de pagamento dos meses de janeiro entre os anos de 2015 e 2019. Fonte: Planilhas do Cruesp

ICMS de janeiro/19 cresceu 5,6%

A arrecadação de ICMS do mês de janeiro/19 teve um crescimento nominal de 5,6% comparado com o mesmo período de 2018.

O comprometimento com folha de

pagamento ficou em 85,27% bem abaixo de janeiro/18, que foi de 97,75%.

A arrecadação segue com tendência de crescimento, pois no ano de 2018 teve um crescimento nominal de 6,5%.

O Cruesp reajustou os salários em 1,5% na data-base de 2018, ou seja, estão priorizando o custeio das universidades. Para recuperar o poder aquisitivo de maio/15 seria necessário 14,5% de reajuste.

Na data-base deste ano, o reitor da Unicamp será o presidente do Cruesp.

O Fórum das Seis já está organizando a Pauta de Reivindicações Unificada e a consulta sobre índice ainda está em discussão.

CR discute Campanha Salarial

O crescimento da arrecadação e a organização da data-base foram pauta da reunião da diretoria do STU com o CR (Conselho de Representantes), quinta-feira (21).

Ficou acertado que o CR terá papel fundamental na articulação das reuniões de unidades, que discutirão a Pauta Unificada de Reivindicações.

Os demais encaminhamentos do CR estarão disponíveis no site do STU.

Redução de GR é ilegal

O Tribunal Regional do Trabalho acolheu os fundamentos apresentados pelo STU, alterando a decisão de primeira instância e reconhecendo expressamente que todos os trabalhadores que exerciam função gratificada e recebiam a respectiva GR têm direito à manutenção dos valores recebidos até outubro de 2017, ou seja, antes da Deliberação CONSU-23/2017 que as reduziu em 30%.

Pelo entendimento do tribunal, o corte de GR somente poderia ser

considerado válido para os servidores que começaram a receber após a sua publicação, não podendo, portanto, retroagir aos servidores que recebiam o valor anterior à deliberação do Consu.

Apesar de ainda existir a possibilidade de recurso ao Tribunal Superior do Trabalho, o julgamento proferido por unanimidade dos desembargadores é uma importante vitória para a preservação dos nossos direitos e valorização do nosso trabalho.

Nossa luta é pela vida das mulheres

Dia 8 de Março, o Movimento de Mulheres de Campinas e Região realiza um ato a partir das 16h30, no Largo do Rosário, Centro de Campinas, pelo Dia Internacional da Mulher.

A resistência feminina se levanta não só contra qualquer tipo de opressão, mas especialmente, em repúdio ao ataque do governo Bolsonaro expressado na Reforma da Previdência, que prejudicará bem mais as mulheres se a medida for aprovada pelo Congresso Nacional.

Veja trecho da nota do coletivo sobre o ato de 8 de março: “...Vamos nos organizar, ampliar e enraizar nossa luta a partir dos lugares em que vivemos, trabalhamos e estudamos para mudar a vida de todas as mulheres.

Neste 8 de março, vamos ocupar as ruas na defesa dos nossos direitos pelo direito de decidir sobre nosso corpo e pelo direito a uma vida sem violência para todas as mulheres”.

Vamos fazer uma grande marcha pela vida das mulheres! Participe!

DGRH comete erro no cálculo do Imposto de Renda

Recebemos denuncia do erro cometido pela Unicamp no desconto do Imposto de Renda dos funcionários.

Ao ser questionada pelo STU, a Coordenadoria da DGRH, se limitou a dizer que o valor será devolvido no próximo holerite e que estavam checando quantos funcionários foram prejudicados com descontos na folha de pagamento, que impactaram bastante o orçamento familiar.

Vamos ficar atentos para ver como o valor será devolvido aos trabalhadores e se será necessário algum procedimento junto à Receita Federal.

Doria determina corte no pagamento de supersalários

A ordem de corte de pagamento salarial de valores acima do teto salarial foi publicada pelo governador no Diário Oficial de sábado (23). Seguindo determinação do Ministério Público, no prazo de 10 dias a Unicamp deve demonstrar que não há pagamento de remuneração acima do teto de R\$ 23.059,00. A Universidade já havia sido notificada desde 2015, mas ainda não havia aplicado a medida.

Aposentados Passeio para Barra Bonita

Relaxar e curtir as belezas do Rio Tietê num passeio de barco fluvial conhecendo a Eclusa de Barra Bonita e proporcionar a integração entre os aposentados é o objetivo desse passeio promovido pela Coordenação de Aposentados.

A excursão acontece dia 13/04 (Sábado) e inclui transporte e refeição (exceto bebidas). Confira os valores: **Criança até 5 anos**, que viaje no colo/não ocupe assento no ônibus não paga, mas se ocupar assento paga R\$ 60; **Criança de 6 a 11 anos**: R\$ 92,50; **Acima de 12 anos e adulto**: R\$ 125.

Os interessados devem pagar até 20/03. Mais informações ou reserva na Secretaria/STU: 35217147 / 35217412.